



Hercules S.A. – Fábrica de Talheres

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

Atividades desenvolvidas

A Hercules S.A – Fábrica de Talheres é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Tem por objeto a fabricação, comercialização de talheres e outros artigos de mesa para o uso doméstico e a importação e exportação destes produtos, inclusive matérias-primas e equipamentos, podendo ainda participar em outras sociedades.

Atualmente, a Companhia opera com o licenciamento da Marca “Hercules” para fabricação e distribuição de talheres e outros artigos de mesa para uso doméstico e de restaurantes.

As ações Hercules S.A – Fábrica de Talheres são negociadas na bolsa de valores de São Paulo – B3 sob os tickers HETA3 e HETA4.

2. Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional

As informações contábeis da Companhia foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A Administração da Hercules, entende ser capaz de cumprir com o passivo tributário (nota explicativa 11) e debêntures a pagar (nota explicativa 12).

Em dezembro de 2020 a Administração da Companhia após análise minuciosa da situação do passivo tributário consolidado no REFIS, e levando em consideração que a permanência da Companhia naquele parcelamento seguia dependendo das ações judiciais ainda pendentes de decisão definitiva, optou em migrar parte dos débitos anteriormente consolidados da Lei nº 9.964/00 (REFIS) para o parcelamento da Lei nº 13.988/20, e solicitou a desistência das respectivas ações, impugnações ou recursos.

O Parcelamento Transação Excepcional, previsto na Lei nº 13.988/20, possibilitou a Companhia parcelar quase a totalidade de passivo tributário em até 84 parcelas com descontos que chegaram a 43% da dívida.

Os débitos não parcelados nesta modalidade está em negociação junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, podendo ser repactuada no parcelamento da Transação Tributária ou também em qualquer outro parcelamento que apresente condições mais vantajosas para amortização da dívida.

A recente publicação da Lei nº. 14.375/2022, associada à portaria Nº 6941 de 06/08/2022 da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, traz uma nova oportunidade para que as empresas regularizem a sua situação fiscal. A Companhia em conjunto com seus assessores trabalhou incessantemente para avaliar os impactos da referida lei visando a celebração de uma transação tributária que equacione definitivamente o passivo fiscal da Companhia.

Com isso, em 30 de setembro de 2022 a Hercules divulgou comunicado ao mercado informado que nesta mesma data protocolou junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, propostas individuais de transação tributária nos termos da Lei 13.988 de 14/04/2020 com a redação da Lei nº 14.375 de 21/06/2022, visando à composição e liquidação de forma parcelada dos passivos tributários incluídos nas propostas. A consumação da transação tributária ainda depende de aceitação e homologação, em juízo de oportunidade e conveniência, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. A Companhia manterá o mercado e acionistas informados acerca do andamento das transações em questão, informando, uma vez consumadas, os respectivos efeitos econômico-financeiros nos termos da regulamentação aplicável.

O passivo tributário federal da Companhia, reconhecido contabilmente, inclusive o que fora indicado em parcelamentos mantidos ou já quitados, continua sendo objeto do trabalho de constante revisão.

Este trabalho de revisão busca, mediante pedidos de revisão administrativa, expungir do saldo contábil/fiscal das dívidas tributárias parcelas indevidas segundo o enquadramento da atual legislação e pontos pacificados na jurisprudência administrativa e judicial.

Na atual fase, já foram protocoladas petições específicas, que resultaram, após revisão final da Receita Federal, em reduções já reconhecidas no total de R\$ 10.600.

Cabe destacar que a Companhia é detentora de direitos creditórios que poderão, no momento processual oportuno, quitar quaisquer débitos federais, vencidos ou vincendos.

Em 13 de dezembro de 2013 foi realizada AGE que aprovou a emissão de debêntures de 2ª emissão privada, simples, não conversível em ações, da espécie subordinada, em uma única série no montante de R\$ 389.007, pelo valor nominal à vista, que foram subscritas integralmente pela Mundial S.A. Produtos de Consumo por meio de utilização de crédito da Mundial junto a Hercules, decorrente de saldo por mútuo e conta corrente entre as companhias. (nota explicativa 12).

A receita de vendas da Companhia corresponde ao licenciamento da marca Hercules de produtos da linha Food Service, voltados para culinária profissional e doméstica, tais como panelas, facas, talheres, baixelas e utensílios domésticos.

A Administração da Companhia vem trabalhando no processo de reposicionamento da Marca Hercules no mercado, através da distribuidora autorizada os lançamentos de novos produtos, ações de marketing, consolidação no mercado de e-commerce e exportações, são os desafios a serem enfrentados pela Administração da Companhia para melhoria dos resultados operacional.

A Administração da Companhia reconhece as dificuldades de sua estrutura de capital, vem estudando opções para enfrentar os desafios e as obrigações assumidas conforme descrito acima, mas não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia.

3. Base de preparação

a. Declaração de conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade

As informações trimestrais contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR para o período findo em 30 de setembro de 2022, foram aprovadas pela Administração da Companhia em 14 de novembro de 2022, e foram elaboradas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de acordo com o IAS 34 – Interim Financial Reporting emitido pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos

Contábeis ("CPC"), aprovados pela CVM e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

b. Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou a orientação técnica OCPC 7 e Deliberação CVM nº 727/14, atendendo aos requerimentos mínimos e ao mesmo tempo afirma que todas as informações relevantes, estão sendo evidenciadas neste documento, e que correspondem às utilizadas por ela na gestão negócio.

c. Base de mensuração

As demonstrações financeiras trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do seguinte item material reconhecido nos balanços patrimoniais:

- i. Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das práticas contábeis, que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa 13 – Provisão para contingências.

Nota explicativa 20 - Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos.

4. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras intermediárias.

a. Instrumentos financeiros

i. Classificação

A Companhia classifica seus ativos ou passivos financeiros em i) custo amortizado e ii) valor justo por meio de resultado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e passivos nas características do fluxo de caixa contratuais.

- Custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado os ativos e passivos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: Contas a receber, fornecedores, debêntures e partes relacionadas.

- Valor justo por meio do Resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: i) não se enquadram nos modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor

justo por meio do resultado e iii) ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: caixas e equivalentes de caixa, outras contas a receber e direitos creditórios e outras contas a pagar.

ii. Mensuração

No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será:

- Custo amortizado

Esses ativos e passivos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.

- Valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

- Redução ao valor recuperável

A Companhia reconhece para seus ativos e passivos classificados ao custo amortizado uma provisão referente a perda de crédito esperada, quando identificada.

Dentre os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável:

Nota explicativa 5 - Contas a receber de clientes

Nota explicativa 6 - Outras contas a receber

Nota explicativa 7 - Direitos creditórios

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável não se aplica em vista do saldo ser referente despesas sobre a marca Hercules.

b. Ativo intangível

A Companhia reconhece um ativo intangível quando este puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, independentemente da intenção de uso pela entidade e que resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais cujos custos possam ser mensurados com confiabilidade e que seja provável que benefícios futuros sejam obtidos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo deduzidos das perdas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A vida útil estimada de ativo intangível, marcas e patentes, para o período corrente e comparativo é indefinida.

A cada encerramento do exercício é revista a recuperabilidade dos mesmos e não demonstra indícios de provisão para recuperação a ser registrada.

c. Receita operacional

As receitas operacionais correspondem às receitas de royalties que representam um percentual auferido sobre as vendas efetuadas pelo representante autorizado a comercializar suas marcas. A receita é reconhecida ao valor líquido conforme estabelecido em cláusulas contratuais.

d. Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem despesas com atualização do passivo tributário.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do período corrente, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos no resultado.

f. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, no período apresentado, nos termos da NBC TG 41 – Resultado por ação.

g. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos da NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias conforme Normas Brasileiras de Contabilidade aplicável às companhias abertas.

h. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações emitidas pelo IFRS, IASB e CPC, mas ainda não adotadas até a data de emissão das informações contábeis da Companhia estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência, desde que implementadas no Brasil pelo CPC e aprovadas pela CVM e o CFC.

- Emenda IAS 1- Classificação do passivo circulante e não circulante, entra em vigor em 1º de janeiro de 2023;
- Emenda IAS 1- declaração de práticas IFRS 2 – Divulgação de práticas contábeis, entra em vigor em 1º de janeiro de 2023;
- Emenda IAS 8- Definição de estimativas contábeis - entra em vigor em 1º de janeiro de 2023
- Emenda IAS 12- Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação. Entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

5. Clientes

O saldo de R\$ 2.119 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 575 dezembro de 2021) corresponde receita royalties a receber por licenciamento da marca e possui a seguinte composição por idade de vencimento:

O saldo de clientes a vencer possui a seguinte composição por idade de vencimento:

	30/09/22	31/12/21
A vencer entre 31 e 90 dias	2.119	575
	2.119	575

6. Outras contas a receber

Do saldo em 30 de setembro de 2022 de R\$ 514 (R\$ 521 em 31 de dezembro 2021) sendo R\$ 514 no não circulante, refere-se à aquisição créditos junto a Eletrobrás. Os valores a pagar foram reconhecidos conforme condições pactuadas e o saldo a pagar de R\$ 75 está registrado no grupo outras contas a pagar.

7. Direitos creditórios

O saldo de R\$ 7.696 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 7.271 em 31 de dezembro de 2021) atualizados pelo IPCA ao mês, refere-se aos direitos creditórios adquiridos em 2014 por meio de contrato de cessão, oriundos de processo judicial, cuja sentença procedente determinou o pagamento de indenização às usinas de álcool e açúcar em razão da prática de intervenção do governo sobre a formação dos preços praticados nas vendas, montante de R\$ 4.300, com deságio já registrado no resultado de R\$ 2.795.

Os referidos Direitos Creditórios são analisados periodicamente por advogadas externos da Companhia, que apresentam parecer provável de realização bem como a possibilidade factível de utilização de Direitos Creditórios da Companhia para quitação de eventual passivo em aberto.

8. Depósito judicial

O saldo de 30 de setembro de 2022 de R\$ 1.784 (R\$ 1.539 em 31 de dezembro 2021) no não circulante, refere-se a depósito judicial tributário no valor de R\$ 1.776 e R\$ 8, trabalhista. Os valores de depósito judicial tributário estão atrelados a nota explicativa 11, item “b” e “c”, e serão convertidos, no momento oportuno, em redução deste passivo.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados do período, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre partes relacionadas.

Tais transações, dadas as suas características específicas, não são comparáveis às transações realizadas com terceiros não relacionados.

Os impactos das transações entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Mundial S.A.	Mundial Distribuidora	Bellini S.A.	ZHEPAR	Eberle Equipamentos e Processos	Total
Saldo em 30/09/22						
Clientes	-	2.119	-	-	-	2.119
Debêntures	324.582	-	-	-	-	324.582
Saldo passivo	31.182	818	2.966	109	2	35.077
Saldo em 31/12/21						
Clientes	-	575	-	-	-	575
Debêntures	324.582	-	-	-	-	324.582
Saldo passivo	20.016	804	2.966	109	2	23.897

Abaixo apresentamos as características:

Empresa	Remuneração	Vencimento
Mundial S.A. Produtos de Consumo	Não remunerada	Indeterminado
Mundial Distribuidora de Produtos e Consumo LTDA	Não remunerada	Indeterminado
Bellini S.A.	Não remunerada	Indeterminado
Zhepar Participações LTDA	Não remunerada	Indeterminado

Em 13 de dezembro de 2013 a Companhia emitiu debêntures no montante de R\$ 389.007, hoje com saldo de R\$ 324.542, que foram subscritas no seu total à vista pelo saldo decorrente da conta corrente existente entre a Companhia e a Mundial S.A, conforme descrito na nota explicativa 12.

10. Intangível

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o saldo do intangível de R\$ 142, refere-se ao custo de registro e manutenção das marcas e patentes da Companhia nos órgãos competentes.

11. Impostos e contribuições sociais

O passivo tributário da Companhia possui a seguinte composição:

	30/09/22	31/12/21
Parcelamento Lei 13.998 14/04/2020 (a)	166.479	171.789
Outros impostos (b)	43.368	42.791
	209.847	214.580
Passivo circulante	89.302	78.445
Imposto de renda e contribuição social	3.063	2.996
Obrigações fiscais federais	86.229	75.437
Obrigações fiscais municipais	10	12
Passivo não circulante	120.545	136.135
Obrigações fiscais federais	120.545	136.135
	209.847	214.580

Os parcelamentos têm a seguinte composição de vencimento por ano:

2022	28.751
2023	34.500
2024	34.500
2025	33.269
2026 e 2027	35.459
Total	166.479
Impostos e contribuições	43.368
Total do passivo e passivo não circulante	209.847

a. Parcelamento Transação Excepcional - Lei 13.988/20

Em 29 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia aprovou adesão programa de parcelamento de débitos federais conforme Lei 13.988/20 Transação Excepcional, de débitos inscritos na a PGFN - Procuradoria da Geral da Fazenda Nacional, após analisar detidamente, Administração entendeu por bem em migrar parte dos débitos parcelados na Lei nº 9.964/00 (REFIS) para o parcelamento da Lei nº 13.988/2020 e o restante para o passivo de curto prazo, o que possibilitou a inclusão em duas modalidades:

Os efeitos da adesão estão demonstrados a seguir:

Demonstrativo da consolidação Lei 13.988/20

Composição do parcelamento	Demais débitos	Débitos previdenciário	Total
Montante parcelado	149.968	143.869	293.837
Reduções permitidas - com efeitos no resultado	(55.710)	(61.930)	(117.640)
Juros incorridos	2.747	9.557	12.304
Pagamento realizados	(9.319)	(12.703)	(22.022)
Saldo em 30 setembro de 2022	87.686	78.793	166.479

a.1 Modalidade demais débitos em 84 parcelas com abatimento de multas, juros e encargos, sendo as 12 primeiras parcelas no valor de R\$ 500, e o saldo em 72 parcelas iguais e consecutivas no valor de R\$ 1.300, atualizadas pela SELIC, sem exigência de garantias.

a.2 Modalidade Previdenciária em 60 parcelas com abatimento de multas, juros e encargos, sendo as 12 primeiras parcelas no valor de R\$ 480, e o saldo em 48 parcelas iguais e consecutivas no valor de R\$ 1.583, atualizadas pela SELIC, sem exigência de garantias.

b. Outros Impostos

Em 30 de setembro de 2022 o montante de R\$ 43.368 registrados na rubrica outros impostos, corresponde a débitos gerados no mês e processos transferidos do extinto parcelamento REFIS, tais débitos serão objeto de futuras negociações de parcelamentos federais, a Companhia possui depósitos judiciais atrelados aos mesmos, conforme NE 8.

c. Revisão passivo tributário

A Companhia, mantém contínuo trabalho de diagnóstico e revisão do passivo tributário com o intuito de confirmar a possível existência de créditos a serem constituídos com base nas obrigações tributárias que compõem o saldo contábil/fiscal ou de períodos anteriores, considerando o correto enquadramento da atual legislação e jurisprudências pacificadas em última instância no poder judiciário.

Nesta linha, dada a complexidade e volume do trabalho em desenvolvimento, a Companhia assinou contrato com uma consultoria jurídica para revisão e adequação de todo o passivo tributário federal da Companhia.

Na atual fase, já estão sendo protocoladas petições específicas, com o objetivo de reduzir a dívida da Companhia.

Até o presente momento, somente no que diz respeito aos valores em duplicidade, decadência, prescrição e multas excedentes, perante os órgãos federais, a consultoria já identificou e apresentou requerimento que resultaram após revisão final da Receita Federal, em reduções já reconhecidas no total de R\$ 4.661, cujas baixas já foram deferidas e diretamente vinculados aos parcelamentos instituídos pelas Leis nº. 11.941/2009 e 9.964/00.

As matérias objeto dos pedidos de cancelamento e extinção de débitos requeridos à Procuradoria da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, que administram e cobram os débitos Companhia, encontram amparo legal no CTN (Código Tributário Nacional), Leis Ordinárias, Medidas Provisórias, Pareceres e Notas editadas pela PGFN - Procuradoria da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil com aprovação ministerial (MF), Soluções de Consulta Internas editadas pelo COSIT (Coordenação-Geral de Tributação) e CODAC (Coordenação de Arrecadação e Administração do Crédito Tributário), acórdãos e decisões do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e STF (Supremo Tribunal Federal). Estes valores serão reconhecidos à medida que se tornem provável de realização.

12. Debêntures a pagar

Em 30 de setembro de 2022, o saldo das debêntures a pagar é de R\$ 324.582. Referidas debêntures foram emitidas em 13 de dezembro de 2013.

Em 13 de dezembro de 2013, deu-se a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou a emissão de debêntures de 2ª emissão privada, simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em uma única série no montante de R\$ 389.007, pelo valor nominal à vista, que foram subscritas integralmente pela Mundial S.A – Produtos de Consumo, por meio da utilização de crédito da Mundial junto a Hercules, decorrente de saldo por mútuo e conta corrente entre as companhias, cujo início de formação remonta a 1988. Na data da subscrição, referidos créditos não contavam com garantias, nem estavam expressos em documentos qualificáveis como títulos executivos

As debêntures são perpétuas e somente ocorrerá o seu vencimento, de sua quitação integral, em caso da dissolução da emissora, ou, antecipadamente se a emissora descumprir qualquer das obrigações estabelecidas na escritura de emissão.

O valor nominal das debêntures, sobre o qual não incidirá correção monetária, será pago em espécie e (i) amortizado anualmente, com base no fluxo de caixa operacional livre do exercício social vencido, nos 10 primeiros dias úteis após a divulgação das demonstrações financeiras da Emissora, em qualquer das formas previstas no Art. 133 da lei nº 6.404/76, obrigatoriamente, e (II) amortizado trimestralmente caso haja fluxo de caixa operacional livre positivo, nos 10 primeiros dias úteis após a divulgação das demonstrações financeiras da emissora do trimestre imediatamente anterior, em qualquer das formas previstas no Art. 133 da lei nº 6.404/76, e, de forma não obrigatória e a exclusivo critério da Emissora, e por ocasião do vencimento final ou do vencimento antecipado, até 10º dia útil posterior ao evento.

A Companhia oferece como garantia o penhor da Marca de sua titularidade para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas.

Os montantes utilizados na subscrição foram acumulados entre 1988 e 2012 e não contavam com garantias, nem estavam expressos em documentos qualificáveis como títulos executivos. A emissão das debêntures, mediante utilização dos créditos de mútuo e conta corrente, ocorreu em 2013. Em novembro de 2014, a Companhia amortizou R\$ 84.369 do saldo das debêntures mediante transferência de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social de sua titularidade para utilização no parcelamento da Lei nº 13.043/14. Em novembro de 2017, a Companhia aderiu ao parcelamento Lei nº 13.496/2017, levando à reversão de parte dos prejuízos fiscais e base negativa anteriormente utilizados na amortização das debêntures, no montante de R\$ 19.944. Assim, o valor total amortizado pela Emissora foi de R\$ 64.425.

Em 13 de dezembro de 2013, exercício em que se deu o ato emissão das Debêntures com créditos de mútuo e conta corrente, o valor destas alcançava R\$ 389.007, permanecendo o mesmo valor em 31 de dezembro de 2013. No encerramento de 30 de setembro 2022, o saldo era de R\$ 324.582. A Companhia acompanha e revisa laudo de capacidade de pagamento das debêntures subscritas em 2013, através de laudos periódicos de capacidade de pagamento elaborados por consultoria externa independente a partir de projeções e estimativas, bem como por laudos de avaliação do valor da Marca, também revisados periodicamente. Nesse sentido, a consultoria independente avaliou que, em 30 de setembro de 2022, o valor da Marca Hercules correspondia a R\$ 282.605.

13. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisa as demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas constitui provisão.

O saldo em 30 de setembro de 2022 de R\$ 1.363 (R\$ 1.362 em 31 de dezembro de 2021) é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações cíveis e trabalhistas em curso.

Existem processos trabalhistas no valor de R\$ 21 (R\$ 20 em 31 de dezembro de 2021), avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança devido a eventos futuros incertos.

14. Patrimônio líquido a descoberto

Capital social

O capital social de R\$ 15.300, excluía a correção monetária de R\$ 7.509, está dividido em 171.198 ações ordinárias e 338.801 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado, anualmente, distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 30% do lucro líquido ajustado. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam da prioridade do direito ao recebimento de um dividendo mínimo de 6% ao ano sobre o capital social.

O capital social poderá ser aumentado, independente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho Administrativo sobre subscrição de ações públicas ou particular, observando o limite de 50.597.929 ações ordinárias nominativas e 101.195.858 ações preferenciais nominativas.

i. Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

l. Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação pelos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto, quando destinados são reconhecidos como passivo.

15. Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do período o atribuível aos acionistas da Companhia no período e a respectiva quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste período, comparativamente com o mesmo período de 2021 conforme o quadro abaixo:

	<u>30/09/22</u>	<u>30/09/21</u>
Resultado do período	(4.021)	(2.380)
Média do período de ações ordinárias	171.198	171.198
Média do período de ações preferenciais	338.801	338.801
Resultado por ação ordinária básico e diluído	(7,8843)	(4,6667)
Resultado por ação preferencial básico e diluído	(7,8843)	(4,6667)

Em 30 de setembro de 2022 e 2021, a Companhia apresenta o resultado por ação diluído em mesmo montante que o cálculo básico, pois não existem instrumentos financeiros com direito a conversibilidade em ações e suas ações ordinárias e preferenciais não possuem distinção na participação dos lucros.

16. Receita operacional líquida

Conciliação da receita bruta e líquida, para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021.

	<u>30/09/22</u>	<u>30/09/21</u>
Receita bruta de serviços	2.535	1.976
Impostos sobre serviços	(323)	(252)
Receita operacional líquida	<u>2.212</u>	<u>1.724</u>

17. Despesas por natureza

	<u>30/09/22</u>	<u>30/09/21</u>
Receitas e despesas por função		
Despesas administrativas	(202)	(265)
	<u>(202)</u>	<u>(265)</u>
Despesas por natureza		
Serviços contratados com terceiros	(188)	(247)
Outras receitas e despesas operacionais	(14)	(18)
	<u>(202)</u>	<u>(265)</u>

18. Resultado financeiro

	<u>30/09/22</u>	<u>30/09/21</u>
Receitas financeiras		
Atualização de direitos creditórios	425	455
	<u>425</u>	<u>455</u>
Despesas financeiras		
Despesas de giro	(2)	(8)
Outras despesas financeiras - atualização passivo tributário	(6.454)	(4.286)
	<u>(6.456)</u>	<u>(4.294)</u>
Resultado financeiro	<u>(6.031)</u>	<u>(3.839)</u>

19. Imposto de renda e contribuição social - diferido

(a) O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas oficiais e são demonstrados como segue:

	<u>30/09/22</u>	<u>30/09/21</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.021)	(2.380)
Outras adições e exclusões permanentes e temporárias, líquidas	(544)	(523)
Base de cálculo ou prejuízo acumulado	(4.565)	(2.903)
Imposto de renda 15%	-	-
Contribuição social 9%	-	-
Total	-	-
 Alíquota efetiva do imposto	 0%	 0%
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-
Saldo final	-	-

(b) Os ativos fiscais diferidos oriundos dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 30 de setembro de 2022 a Companhia possui prejuízo fiscal de R\$ 322.720, e base negativa de contribuição de R\$ 339.594. Com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, o valor do crédito é de R\$ 80.680 e R\$ 30.563 consecutivamente somando um montante de R\$ 111.243.

Estes valores serão reconhecidos à medida que seja provável de sua realização.

20. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Análise dos instrumentos financeiros

A avaliação dos ativos e passivos financeiros da Companhia em relação aos valores justos de mercado foi efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b. Categorias e mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados a custo de amortizado e valor justo por meio de resultado, estão demonstrados abaixo:

Custo amortizado	Valor contábil		Valor justo	
	<u>30/09/22</u>	<u>31/12/21</u>	<u>30/06/22</u>	<u>31/12/21</u>
Clientes	2.119	575	2.119	575
Fornecedores	4	6	4	6
Debêntures	324.582	324.582	324.582	324.582
Partes relacionadas passivas	35.077	23.897	35.077	23.897

Valor justo por meio de resultado	Valor contábil		Valor justo	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Outras contas a receber	514	521	514	521
Direitos creditórios	7.696	7.271	7.696	7.271
Outras contas a pagar	106	320	106	320

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros são incluídos no valor pelo qual os instrumentos poderiam ser trocados em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

Contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm atualização monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

c. Gestão de risco

As operações contábeis da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração, a estrutura, o custo e o prazo das operações cotadas:

i. Risco de moeda com variações cambiais

A Companhia não tem exposição relevante ao risco de variação em moeda estrangeira.

ii. Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se, as contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o saldo de contas a receber de cliente corresponde a R\$ 2.119 e R\$ 575, respectivamente.

iii. Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia em honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

21. Cobertura de seguros

Em 30 de setembro de 2022, a cobertura de seguros contratada pela parte relacionada Mundial S/A é composta por R\$ 23.650 para responsabilidade civil e R\$ 100.480 para danos materiais. Tais apólices são corporativas e englobam também os riscos relacionados à Hercules S.A. - Fábrica de Talheres.

* * * * *

Conselho de Administração

Adolpho Vaz de Arruda Neto – Presidente

Wilson Vieira de Britto – Vice-Presidente

Marcelo Freitas Pereira – Conselheiro

Diretoria

Michael Lenn Ceitlin – Diretor Superintendente

Marcelo Fagundes de Freitas – Diretor e Diretor de Relações com Investidores

Júlio Cesar Câmara – Diretor

Ivanês Grison Souto

TC–CRC-RS 084547/O-0